

“SÓ O PSD PODE SER ALTERNATIVA AO PS”



MARQUE A DIFERENÇA

#Europelas2019 #PSD #PrimeiroPortugal

Rui Rio considera que “só o PSD pode ser alternativa ao PS” nas eleições legislativas e apelou à realização de consensos para reformar o sistema político, garantir a sustentabilidade da segurança social, agilizar a justiça e concretizar a descentralização territorial



EUROPEIAS

OS CANDIDATOS DO PSD

O Partido Social Democrata obteve 21,94% dos votos e elegeu seis eurodeputados: Paulo Rangel, Lídia Pereira, José Manuel Fernandes, Graça Carvalho, Álvaro Amaro e Cláudia Aguiar



LOCAIS

VEREADORES DO PSD RECUSAM TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA VILA NOVA DE GAIA

O grupo de vereadores do PSD em Vila Nova de Gaia votou favoravelmente a proposta da Câmara de não aceitação de novas competências para o município em matéria de transporte turístico de passageiros



REGIONAIS

PSD “CONSIDERA INACEITÁVEL” ATRASOS NA RENOVAÇÃO DO CARTÃO DE CIDADÃO NO REINO UNIDO

Paulo Neves, deputado na Assembleia da República, denunciou as “imensas dificuldades” que a comunidade madeirense atravessa para renovar o cartão de cidadão nos consulados de Portugal em Londres e em Manchester



JOSÉ CANCELA MOURA
Diretor do "Povo Livre"

PSD, A ALTERNATIVA SOMOS NÓS

A primeira conclusão que o PSD deve retirar do resultado das eleições europeias é reconhecer, com humildade, que perdemos e não atingimos os objetivos. Este deve ser o ponto de partida para refletir, corrigir erros e encontrar respostas, sobretudo para aqueles que não se reviram no PSD. Não adianta desvalorizar. O PSD precisa de interpretar os sinais deste resultado e de construir uma alternativa ao Governo, com propostas concretas.

O trabalho na oposição é árduo e também de grande resiliência. Às vezes, é preciso dar um passo atrás, para depois dar dois à frente. As eleições europeias revelam que o PSD tem de voltar a focar-se no eleitorado de classe média, nos jovens e nos meios urbanos.

A abstenção, uma chaga da nossa saúde democrática e um sintoma indubitável da descrença nos partidos, não pode continuar a ser ignorada. A responsabilidade é, sobretudo, dos atores políticos, mas os próprios cidadãos, que também se mostram pouco exigentes com a sua participação cívica e política. Urge um debate sério e a adoção de medidas concretas, muito para além da consciencialização dos cidadãos, como por exemplo o recurso às novas tecnologias, a implementação do voto eletrónico, a facilitação do ato de votar ou a institucionalização do voto obrigatório.

A fragmentação do espectro político que agora se verifica, vai abrir, a médio prazo, um ciclo de novos desafios. Nem as finanças públicas estão sólidas, nem a economia está a crescer a um ritmo suficiente. Como poderá, por isso, a economia nacional a gerar riqueza, estancar a despesa do Estado, e criar uma margem que permita pagar a dívida nacional? Portugal não pode ser o paraíso dos "contact centers". São necessários investimentos que criem empregos e valorizem o fator trabalho, garantindo que as próximas gerações não busquem fora, as oportunidades que lhe são negadas pelo País.

Também a cobrança histórica de impostos é um beco sem saída. O ponto de saturação está próximo e será dramático no dia em que os juros começarem a subir e as famílias e empresas deixarem de ter almofada para assegurar os seus compromissos.

Não obstante, Portugal continua a ser governado por uma estratégia de tacticismo e conveniência, numa contradição insanável, que ora procura agradar aos parceiros da extrema-esquerda, ora tenta assegurar os serviços mínimos, mas sempre avessa às reformas estruturais.

Nunca os serviços públicos nos hospitais, nos tribunais ou nos transportes, atingiram um patamar tão degradante de insatisfação. O Serviço Nacional de Saúde afasta os utentes que, em alternativa, destinam as suas poupanças para o pagamento de seguros de saúde privados. A banca está ainda longe dos lucros que saldaram um passado de prejuízos, como ainda por cima continuamos a pagar as imparidades da gestão conivente entre banqueiros incompetentes e governantes irresponsáveis. As Parcerias Público-Privadas estão a derrapar, estimando-se que atinjam os 1,7 mil milhões de euros, no próximo ano.

O PSD será aquilo que os portugueses quiserem, mas cabe ao partido, a começar pelos militantes, dos anónimos aos mais influentes, autarcas e dirigentes locais e nacionais, redefinirem a abordagem funcional de fazer política, no conteúdo e na forma, nas propostas e nas causas.

O PSD continua a ser o partido decisivo no espectro político nacional. A democracia precisa de um PSD moderado, crítico, responsável, com discurso atrativo e com propostas que mobilizem e conquistem os portugueses. Uma coisa é certa, o PSD é demasiado importante para desistirmos. As legislativas são decisivas para o nosso futuro. A democracia precisa de nós. O PSD mostrará por que é uma alternativa, a única alternativa, aos socialistas.

Rui Rio sobre as eleições europeias

"SÓ O PSD É ALTERNATIVA"



PODE SER ALTERNATIVA AO PS”



Rui Rio considera que “só o PSD pode ser alternativa ao PS” nas eleições legislativas e apelou à realização de consensos para reformar o sistema político, garantir a sustentabilidade da segurança social, agilizar a justiça e concretizar a descentralização territorial. O PSD obteve 21,94% dos votos nas eleições europeias de 26 de maio, elegendo 6 deputados. “Esta taxa de abstenção – não o resultado – é a prova de que o caminho é este e é por este caminho que devemos ir. É a minha convicção há muitos anos”, afirmou Rui Rio, em conferência de imprensa, no domingo, 26 de maio, no Porto.

Perante uma abstenção de 69% (votaram cerca de 3,3 milhões dos 10.561.969 eleitores inscritos), o Presidente do PSD defende que estes números o fazem reforçar naquela que é uma convicção de “há muitos anos”. “Os partidos têm, acima de tudo, de ser capazes de dialogar por Portugal, e fazer aquelas reformas decisivas para o futuro de Portugal e que nunca serão feitas sem consensos. (...) Temos de reformar o sistema político e nenhum o pode fazer sozinho, temos de reformar a sustentabilidade da Segurança Social, temos de fazer uma reforma profunda da justiça, na descentralização e nenhum partido o pode fazer sozinho”, salientou.

Rui Rio começou por agradecer a todos os candidatos do PSD “pelo empenho que tiveram na campanha eleitoral”, em especial ao cabeça de lista, “Paulo Rangel, que se esforçou tudo o que podia” para que o PSD “tivesse um bom resultado”. O líder social-democrata desejou “as maiores felicidades” a todos os partidos que concorreram a estas eleições, aos 21 eurodeputados eleitos, e “em particular, na pessoa do dr. António Costa e do dr. Pedro Marques, o Partido Socialista, que ganhou estas eleições”. “Não atingimos os objetivos pretendidos nesta eleição. Não vale a pena estar com floreios a tentar ler números onde eles não existem”, afirmou, sublinhando que “o primeiro passo para amanhã as coisas correrem melhor, é reconhecer os erros de hoje”.



PRESIDENTE

O líder social-democrata diz que agora é tempo de inovar na forma de fazer campanha, mas não só. “O que já há muito acho, e agora ainda mais, é que temos de arranjar novas formas de fazer campanha. A taxa de abstenção é uma derrota para todos os partidos sem exceção, para os grandes e os pequenos, uma derrota para a democracia para Portugal. (...) Temos de atuar diferente, não só nas campanhas eleitorais, temos de ser criativos nas campanhas eleitorais e no dia-a-dia. Este resultado leva-me a ter mais a convicção: os partidos têm de ser capazes de dialogar por Portugal”, disse.

Rui Rio declarou agora o PSD irá mobilizar-se para “ganhar” as legislativas. “Claro que tenho condições para levar o Partido a um bom resultado (...). Estamos a falar de alguém que anda há 61 anos na vida pública. Eu não abandono, eu assumo as minhas responsabilidades”, expressou.

A degradação do Serviço Nacional de Saúde, o caos nos transportes, a deterioração da escola pública e os atrasos no processamento de reformas e pensões mostram que “os portugueses têm de ter uma alternativa”. “[Perante] estas falhas, os portugueses precisam de ter uma alternativa. E esses só podemos ser nós”, salientou.

Paulo Rangel: “os deputados eleitos estarão ao serviço dos portugueses”

O cabeça de lista do PSD às eleições europeias reconheceu que o PSD “não alcançou o objetivo que fixou para si próprio”, mas aumentou o seu peso eleitoral. Paulo Rangel felicitou o PS pela vitória nas europeias e conclui que a mensagem “não passou como gostaria”.



O eurodeputado considera ainda que a campanha foi “difícil” por causa da “nacionalização excessiva”, que no seu entender, perverteu a lógica das eleições europeias que têm uma dimensão nacional, “mas não ao ponto de as tornar exclusivas como acabou por acontecer designadamente por ação de António Costa”. “Houve uma espécie de OPA nacional, uma nacionalização da campanha tomada pelo Primeiro-Ministro e eu acho que isso dificultou a passagem da mensagem europeia. Mas não rejeito as nossas responsabilidades”, afirmou.

O eurodeputado lembra ainda as “circunstâncias difíceis para os partidos, com a criação de novos partidos na área do PSD e alguma turbulência interna”.

Paulo Rangel reiterou que os deputados eleitos “estarão ao serviço dos portugueses e saberão representar todos os outros que não votaram no PSD”.



Rui Rio no dia da votação

“A EUROPA ESTÁ EM NOSSA CASA TODOS OS DIAS”

Num comentário durante a manhã de domingo, o Presidente do PSD afirmou que se os níveis de abstenção em Portugal fossem idênticos aos das anteriores eleições Europeias isso representaria “uma derrota para todos” e “também não é uma vitória para quem não vota”. “O que mais desejo é que os níveis de abstenção baixem um bocado. Não podemos aspirar a que venha para níveis muito baixos mas, se tiverem os níveis que tiveram da outra vez, perto disso ou mais, é uma derrota para todos e também não é uma vitória para quem não vota”, declarou, depois de votar na Escola Básica 1º Ciclo da Pasteleira, na freguesia de Lordelo do Ouro e Massarelos, no Porto, por volta das 11h30.

Rui Rio alertava ainda para a importância de votar para o Parlamento Europeu, porque “a Europa está em nossa casa todos os dias”. “Se pensarmos em decisões que a Europa tomou, ou ajudou a tomar, como a do BES [Banco Espírito Santo] ou do Banif, e no que isso influencia diretamente a nossa vida. Ou se pensarmos nos fundos comunitários, que nos dão desenvolvimento, devemos pensar em aproveitar as oportunidades que temos para ter uma voz na Europa”, venceu.

Para o Presidente social-democrata, “a crise” que a Europa atravessa, a começar pelo Brexit, mostra até que ponto a Europa precisa de políticas eficazes, e é necessário aproximar “outra vez das pessoas” da política.

Cerca de 10,7 milhões de eleitores estavam inscritos para votarem para o Parlamento Europeu. As assembleias de voto para eleger os deputados ao Parlamento Europeu abriram às 08h00, em Portugal continental e na Madeira, e funcionaram sem interrupção até às 19h00. Nos Açores, a votação também se realizou entre as 08h00 e as 19h00 locais (09h00 e 20h00 de Lisboa, por causa da diferença horária de 60 minutos).

A abolição do número de eleitor foi uma das mudanças da lei, passando o votante a ser identificado pelo número de identificação civil. Na prática, e uma vez que já tinha acabado o cartão de eleitor (o seu número constava do cartão de cidadão), a mudança mais visível foi



a ordenação dos cadernos, que passou a ser feita por ordem alfabética: cada cidadão tinha de procurar a sua mesa de voto pelo primeiro nome, em vez do número de eleitor, o que, em alguns casos, conduziu a mudanças nos locais de voto.

Outra das mudanças mais significativas na legislação eleitoral é que o recenseamento de cidadãos residentes no estrangeiro passou a ser automático, desde que tivessem cartão de cidadão. A introdução da matriz em braille para os eleitores com deficiência visual puderam votar de modo autónomo também decorreu com normalidade. As matrizes de braille, em tudo idênticas aos boletins de voto, foram disponibilizadas em todas as mesas de voto. Os cidadãos com deficiência visual puderam sobrepor as matrizes em braille ao boletim de voto, de forma a permitir a sua leitura e indicação expressa do voto, garantindo assim a autonomia e confidencialidade do voto.

Mais de 19.500 pessoas pediram, entre 12 e 16 de maio de 2019, para votar antecipadamente nas eleições europeias, sendo Lisboa o distrito com mais pedidos. A experiência piloto de votação eletrónica arrancou bem, sem registo de problemas em qualquer das 50 mesas de voto eletrónico – um quinto das mesas de voto e asseguradas com 286 computadores portáteis – dispersas pelos 14 concelhos do distrito de Évora. A experiência piloto de voto eletrónico no distrito de Évora abrangeu, em concreto, 69 freguesias, num universo total de 137.376 eleitores, com 186 mesas de voto tradicional e 50 mesas de voto digital. O voto eletrónico garante o sigilo do voto, a privacidade e o sentido de voto. Antes da abertura da mesa, o sistema emite um relatório inicial a apresentar “a não-existência de qualquer voto registado, a não-existência de qualquer afluência, o número de eleitores inscritos para votar, a data hora de abertura”. Após o encerramento da mesa de voto, é impresso um relatório que expõe os resultados apurados eletronicamente.

OS CANDIDATOS DO PSD

O Partido Social Democrata (PSD) obteve 21,94% dos votos e elegeu seis eurodeputados: Paulo Rangel, Lídia Pereira, José Manuel Fernandes, Graça Carvalho, Álvaro Amaro e Cláudia Aguiar.

Entre os partidos com assento parlamentar, o Partido Socialista alcançou 33,38% dos votos (9 deputados); o Bloco de Esquerda conseguiu 9,82% dos votos (dois deputados); a CDU ficou com 6,88% e dois eurodeputados eleitos; o CDS atingiu os 6,19% dos votos, e o PAN conquistou 5,08% (cada uma destas forças políticas atingiu um mandato em Bruxelas). Votaram cerca de 31% dos 10.561.969 eleitores inscritos (com uma taxa de abstenção de 69%).

Portugal elege 21 de 751 eurodeputados.



PAULO RANGEL

Um dos mais influentes políticos portugueses na Europa. Vice-Presidente do Partido Popular Europeu e também do Grupo Parlamentar, coordenou o grupo de trabalho sobre o Futuro da Europa, preside ao "think-tank" do PPE e foi responsável pelas candidaturas partidárias do espaço europeu e extraeuropeu ao PPE. Jurista, docente universitário, na União Europeia, é especialista em assuntos constitucionais e política externa. Criou a delegação para o Brasil e fez da crise da Venezuela uma causa humanitária de liberdade.



JOSÉ MANUEL FERNANDES

É um dos mais influentes deputados do Parlamento Europeu. No PE, tem sido decisivo na área do Orçamento da UE e dos fundos europeus. Negociou o Plano Juncker que mobilizou mais 8800 milhões de euros em Portugal e apoiou mais de 12000 PME. Negociou o fundo de solidariedade para os incêndios de 2017 e a criação do Mecanismo Europeu de Proteção Civil. É tal a sua mais valia que, na Europa, é conhecido como o Sr. Orçamento (Mr. Budget).



ÁLVARO AMARO

Economista experimentado. É a grande aposta para a agricultura, para o desenvolvimento regional, para a defesa do interior e das regiões mais discriminadas. Teve responsabilidades governativas na área da agricultura; foi Presidente da Câmara Municipal da Guarda e, antes, de Gouveia. Foi Presidente dos Autarcas Social Democratas (ASD). Na Europa, será a voz da proximidade territorial, da coesão regional e do mundo rural.



LÍDIA PEREIRA

Com 27 anos, preside à maior organização política da juventude europeia (YEPP). Economista, frequentou o Colégio da Europa e estagiou no Banco Europeu de Investimentos, trabalhando em consultoras. Para lá das questões de juventude – educação, formação, primeiro emprego, voluntariado –, será a primeira responsável pela reforma da zona euro, com destaque para a conclusão da união bancária e o futuro Fundo Monetário Europeu.



GRAÇA CARVALHO

É uma das grandes especialistas portuguesas na área da energia, ciência, inovação, indústria e alterações climáticas. Foi deputada europeia e trabalha na Comissão Europeia. Foi Ministra da Ciência e do Ensino Superior. Os alunos, os professores e os cientistas das universidades e dos politécnicos conhecem o seu mérito e o seu valor. A Europa conhece-a e ela conhece a Europa.



CLÁUDIA MONTEIRO DE AGUIAR

Da Madeira, representa as Regiões Autónomas e a prioridade dada às regiões ultraperiféricas. Como deputada ao Parlamento Europeu, a sua grande bandeira no mandato anterior foi tornar o Turismo numa prioridade europeia. Com atividade de relevo na área dos transportes, tem um papel muito importante na defesa das pescas e das comunidades lusas fora da União Europeia. A Madeira e os Açores são prioritários para o PSD.

VEREADORES DO PSD RECUSAM TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA VILA NOVA DE GAIA

O grupo de vereadores do PSD em Vila Nova de Gaia votou favoravelmente a proposta da Câmara de não aceitação de novas competências para o município em matéria de transporte turístico de passageiros. Para os vereadores social-democratas, a iniciativa do Governo não apresentava “qualquernexo”, uma vez que as competências tinham um impacto financeiro sobre o orçamento aprovado em dezembro de 2018.

Esta decisão dos vereadores do PSD justifica-se porque o Governo pretende atribuir novas competências sem que as acompanhe de “dotações financeiras” adequadas. “É um absoluto contrassenso que as autarquias sejam obrigadas à pronúncia de aceitação ou recusa [de novas competências], sem que conheçam antes os envelopes financeiros”, manifestam os vereadores.

José Cancela Moura e Duarte Besteiro, vereadores na autarquia, alertam para os “sistemáticos atrasos e trapalhadas do Governo, que podem comprometer irremediavelmente todo o processo de descentralização na presente legislatura, que também está perto do fim”. Nessa medida, o PSD irá “manter a coerência que assumiu desde o início do processo, exigindo que o Governo cumpra o que foi acordado e consensualizado com a ANMP, porque nesta matéria, nunca quis ser obstáculo, mas antes parte da solução”, reafirmam os vereadores.

O grupo dos vereadores do PSD considera que “nem o projeto de resolução, aprovado no Parlamento, com a abstenção do PS, permitiu que o Governo emendasse a mão, no que de essencial importava acautelar, a saber, estabelecimento de prazos e fixação de dotações orçamentais”.

De acordo com os vereadores, a recomendação aprovada, impunha que o Governo, até ao final do passado mês de janeiro, comunicasse às autarquias locais, os mapas com os montantes do Fundo de Financiamento da Descentralização e apresentasse à Assembleia da República, até ao final do mês de fevereiro, para aprovação, as dotações inscritas nos programas orçamentais a transferir para as mesmas. Determinava ainda que as autarquias em 60 dias, após publicação dos diplomas setoriais, comunicassem à Direção-Geral das Autarquias Locais, a aceitação ou recusa de competências para 2019, numa única reunião dos seus órgãos deliberativos. Mas até este diploma foi ignorado pelo Executivo.

“Assim, permanecendo por concretizar a lei-quadro, porquanto não existe consumação jurídica, nem financeira, esta pronúncia de não aceitação permanece também e irrelevante e extemporânea. Por estas razões, acompanhamos as reservas manifestadas pela Câmara Municipal e votaremos favoravelmente a proposta de não aceitação que nos é presente”, concluem os vereadores social-democratas.

CEN
CONSELHO ESTRATÉGICO
NACIONAL

CONVENÇÃO NACIONAL
EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

1 JUN | TORRES NOVAS

CONVENÇÃO TEMÁTICA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

DATA: 1 DE JUNHO

LÓCAL: Torres Novas - Edifício Nersant

PROGRAMA

- 9.15 - 9.45** **Receção e credenciação dos participantes**
- 9.45 - 10.00** **Mensagem de boas vindas**
Vânia Neto (Coordenadora CEN Santarém)
- 10.00 - 11.30** **Uma política para a Infância**
Moderação: Cláudia André (Porta-voz, CEN Educação, Cultura, Juventude e Desporto)
Apresentação da proposta do PSD: David Justino (Coordenador Nacional da Secção Temática Educação, Cultura, Juventude e Desporto)
Comentário: Pedro Strecht (Médico de Psiquiatria da Infância e da Adolescência)
- 11.30 - 11.45** **Pausa para café**
- 11.45 - 13.15** **Desenvolvimento do Desporto**
Moderação: Isaura Morais (Presidente da Câmara Municipal de Rio Maior)
Uma visão integrada para as políticas desportivas: Emílio Guerreiro (Deputado, Secretário de Estado do Desporto e Juventude do XIX e XX Governo Constitucional)
Desporto escolar e políticas locais: Inês Barroso (Vice-Presidente e Vereadora da Câmara Municipal de Santarém)
- 13.15 - 14.30** **Pausa para almoço**
- 14.30 - 16.00** **Dignificar o papel dos Professores**
Moderação: Eugénia Gamboa (Assessora do Grupo Parlamentar do PSD)
Formação inicial e profissionalização: Rute Perdigão (Professora do Ensino Básico)
Comentário: João Dias da Silva (Secretário-Geral da Federação Nacional da Educação)
- 16.00 - 16.15** **Pausa para café**
- 16.15 - 17.45** **Uma política para a Juventude**
Moderação: Pedro Pimpão (Deputado do Grupo Parlamentar do PSD)
A visão dos jovens sobre a escola e a educação: Hugo Carvalho (Presidente da Direção do Conselho Nacional de Juventude e Secretário-Geral do Fórum de Juventude da Comunidade de Países de Língua Portuguesa)
A Escola do Futuro em Portugal: Margarida Balseiro Lopes (Presidente da Juventude Social-Democrata)
- 17.45 - 18.00** **Encerramento**
David Justino (Vice-Presidente do Partido Social Democrata)

PSD/AÇORES QUER FUNDOPESCA ATIVADO DE FORMA MAIS CÉLERE E JUSTA



O PSD/Açores entregou, dia 21, no parlamento do arquipélago um projeto de decreto legislativo regional com vista à introdução de alterações no Fundopesca, reclamando que este deve ser ativado de forma mais célere e deve ser também “mais justo”. “Célere porque o acionamento tem de ser mais rápido e justo porque tem de abranger o maior numero de pescadores possível”, venceu o deputado social-democrata Jaime Vieira, após uma visita ao porto de pescas de Rabo de Peixe, no concelho da Ribeira Grande.

O Fundopesca foi criado em 2002, visando a atribuição de uma compensação salarial aos pescadores açorianos quando, em determinadas situações previstas na lei, estejam condicionados no exercício da sua atividade, como no caso de condições climáticas adversas.

No texto, o PSD pede, por exemplo, a alteração dos requisitos de acesso à compensação salarial, “reduzindo o período relevante de paragem da faina de oito para cinco dias consecutivos e de 15 para 10 interpolados, num período de 30 dias”.

Prevê-se ainda que o valor diário de venda de pescado em lota seja “calculado por segmento de frota, procurando assim trazer maior justiça ao setor”.

O setor, advogou o deputado social-democrata Jaime Vieira, também presidente da Junta de Freguesia de Rabo de Peixe, tem de ser ouvido, “mas acima de tudo compreendido”. “É preciso perceber a realidade onde estamos inseridos, ouvir, falar. A realidade da pesca é diferente de ilha para ilha e dentro de cada ilha” também há realidades completamente diferentes, acrescentou o parlamentar.

O projeto social-democrata pede ainda que seja criada a possibilidade de aumento do período máximo de atribuição da compensação salarial de 60 para 90 dias, “por despacho do membro do Governo Regional com competência em matéria de pescas, sob proposta do conselho administrativo”.

O diploma que regulamenta o Fundopesca foi alterado em janeiro de 2016, prevendo que a quebra de rendimentos seja um critério para a ativação deste mecanismo de apoio financeiro aos profissionais do setor, tendo esta alteração contemplado também a redução do período entre a perda de rendimento e o efetivo pagamento da compensação salarial.

AGRICULTURA É “GARANTE DA ESTABILIDADE SOCIAL” NOS AÇORES



O presidente do PSD/Açores considera que a agricultura é o “garante da estabilidade social” na Região, alegando que a importância do setor na sociedade açoriana vai muito para além do seu contributo para a economia. “A agricultura nos Açores deixou de ser apenas o setor produtor de alimentos e passou a prestar relevantes serviços na gestão do território, ocupação dos solos, preservação da paisagem e na salvaguarda da identidade histórica e cultural regional”, afirmou Alexandre Gaudêncio, após uma visita ao recinto Associação Agrícola de São Miguel, no âmbito das comemorações do Dia Nacional da Agricultura, dia 23.

O líder dos social-democratas açorianos salientou que “quando os agricultores não estão bem, a economia açoriana também não está e as famílias e as empresas sentem o impacto da quebra de rendimento associado ao setor agrícola”.

“A relevância da Agricultura, neste Dia Nacional comemorado nos Açores por iniciativa da Confederação dos Agricultores de Portugal e da Federação Agrícola dos Açores, vai muito para além do interesse económico. A Agricultura é o garante da estabilidade social nas nove ilhas do arquipélago”, defendeu.

Para Alexandre Gaudêncio, a Agricultura associada ao turismo e enquadrada nos pressupostos ambientais eleitos pela sociedade atual “confere os Açores um enorme potencial para encontrar uma estratégia fortíssima de melhoria do rendimento dos agricultores e, conseqüentemente, de toda a economia regional”.

“Em Dia Nacional da Agricultura, fica a minha justa homenagem aos milhares de agricultores açorianos e às suas famílias pela forma como foram encarando os recursos que lhes foram sendo disponibilizados, criando valor, mas sofrendo ainda com enormes dificuldades estruturais e de competitividade no contexto dos colegas agricultores europeus”, sublinhou.

O presidente do PSD/Açores comprometeu-se a “tudo fazer para influenciar as instituições e as personalidades certas na defesa da agricultura e dos agricultores açorianos”.

“Podem contar comigo para apoiar os caminhos que melhor sirvam os desafios futuros, mudando o que for preciso mudar para garantir a vontade dos jovens açorianos de estarem na agricultura e em outras atividades do mundo rural, que são hoje o contributo para valorizar a nossa identidade, criar novos empregos e garantir a felicidade de quem opte por viver nos Açores”, concluiu Alexandre Gaudêncio.

PSD DEFENDE ARRANQUE IMEDIATO DA REQUALIFICAÇÃO DO PORTO DA HORTA, MAS QUER ESCLARECIMENTOS

O PSD/Faial defende o arranque imediato das obras em terra no Porto da Horta, “mas rejeitando qualquer intervenção no plano de água do porto, enquanto o governo não esclarecer todas as dúvidas dos operadores portuários sobre as consequências da obra no mar”. “O PSD do Faial quer investimento, mas não um presente envenenado ou uma obra que possa destruir o nosso porto”, dia 22, em conferência de imprensa, Carlos Ferreira, deputado do PSD na Assembleia Legislativa Regional e vereador social-democrata na Câmara Municipal da Horta.

Carlos Ferreira, presidente dos social-democratas faialenses, adiantou que aquele investimento “já vai na sua terceira versão de projeto e ainda não reúne a aceitação de parte significativa dos muitos agentes que trabalham e conhecem o nosso porto”.

Assim, os social democratas acusam os verdadeiros responsáveis pela situação: “que são o Governo Regional, a Portos dos Açores, e alguns cúmplices no Faial”, que apenas têm tentado “mascarar os erros cometidos, e isso nós não podemos permitir”, frisou.

“Se está tudo garantido com a solução apresentada, para que se vão instalar equipamentos para estudar o aumento da agitação marítima, que antes diziam não haver?”, questionou Carlos Ferreira, considerando “incoerente que o Governo e a Portos dos Açores insistam em avançar com uma obra que pode condicionar para sempre o porto da Horta”, disse.

O social-democrata criticou as várias fases do reordenamento do porto da Horta, lembrando que “a decisão de encurtar o novo cais, limitou o potencial da infraestrutura. E a mudança no seu ângulo de orientação afetou a operacionalidade e a segurança do porto”.

“O encurtamento daquele cais foi feito por razões economicistas e não por razões técnicas. Aliás, um estudo técnico mandado fazer pela Mesa de Turismo da Câmara de Comércio e Indústria da Horta, confirmou isso mesmo”, referiu.

“Condenamos e lamentamos a forma descuidada como foi conduzido este processo, que devia envergonhar esta governação, e que tem prejudicado o Faial e o seu porto no presente, arriscando-se a condicionar também o seu futuro”, disse o também vice-presidente do PSD/Açores.



Carlos Ferreira sublinhou que o PSD do Faial “quer investimento, mas não um presente envenenado ou uma obra que possa destruir o nosso porto”. “Se o Governo e a Portos dos Açores tivessem assumido os erros cometidos e as implicações da construção do molhe norte, e tivessem ouvido com seriedade a comunidade portuária, mandando elaborar um estudo sério, credível e transparente, estaríamos certamente noutro patamar de investimento no porto da Horta”, afirmou o social democrata.

A obra, nos moldes do projeto apresentado pela Portos dos Açores, “pode condicionar irremediavelmente o porto da Horta, reduzindo a área de manobra, prejudicando a operacionalidade e afetando as condições de segurança”, avançou.

Carlos Ferreira defende “que se estude o que tiver que ser estudado. Que se corrija o que tiver de ser corrigido. E, entretanto, que se avance de imediato com as muitas obras a fazer em terra”.

O líder do PSD local disse mesmo que a defesa do porto da Horta “tem de estar acima de qualquer querela partidária, e por isso alguns terão de decidir se continuam a defender o interesse partidário ou se começam a defender os interesses do Faial”.



PSD DENUNCIA COBRANÇA INDEVIDA DE IMI EM ANGRA DO HEROÍSMO

O PSD de Angra do Heroísmo acusa a câmara municipal de proceder a “uma cobrança ilegal do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) no centro histórico da cidade”, como se comprovou neste mês de maio, “com a chegada a casa dos munícipes da notificação do fisco para pagamento da primeira prestação daquele imposto. E sendo que câmara decidiu aplicar a taxa agravada – elevada ao triplo – aos prédios em ruínas ou devolutos”, adiantam.

De acordo com a Comissão Política presidida por João Ormonde, existem, “para o IMI, tal como para outros impostos, regras, mas também exceções. E a chamada zona classificada como Património Mundial da UNESCO em Angra do Heroísmo é exceção, nomeadamente, com o Estatuto dos Benefícios Fiscais articulado com a lei

309/2019, que estabelece procedimentos de classificação dos bens imóveis de interesse cultural”, explicam.

“Esse benefício tem sido negado pela Autoridade Tributária e por alguns municípios onde se inclui o de Angra, que persistem na cobrança do imposto, numa clara violação da lei e atropelo dos direitos dos munícipes”, acrescentam.

O PSD local sublinha que “também a Autoridade Tributária, que procede à cobrança indevida, incorre em violação da lei. Assim como o município, a quem cabe decidir e informar o fisco sobre os prédios sujeitos a essa mesma taxa”.

O PSD refere que, “combinadas, essas mesmas entidades têm feito, nos últimos anos, uma leitura abusiva da lei, situação que ficou definitivamente esclarecida em dezembro último, com o acórdão do Supremo Tribunal Administrativo que veio pôr fim a todas as dúvidas. E que confirmou uma série de condenações em diferentes recursos por parte da Autoridade Tributária e fazendo jurisprudência”, diz a comissão política angrense.

“Compreendem-se as implicações financeiras nas contas da autarquia que decorrem da isenção do IMI em Angra, e precisamente por isso entendemos que em vez de resistir ao cumprimento da lei, a Câmara Municipal de Angra deve antes correr a procurar soluções junto do governo, para que se encontrem rapidamente mecanismos de compensação”, propõem.

“Mas que isso nunca, mas nunca, resulte num agravamento direto para aqueles que, por força da mesma lei, têm de pagar IMI”, alerta a concelhia liderada por João Ormonde.

“Não podemos aceitar que o município, que exerce o seu direito de opção no agravamento da taxa de IMI onde por lei isso lhe é permitido, seja o mesmo que se faz despercebido em relação à cobrança indevida da mesma taxa onde por lei, não o poderia fazer”, afirmam os social-democratas.

“O que se espera de uma câmara municipal é que esteja do lado dos munícipes e da lei, na defesa dos seus legítimos interesses”, conclui o PSD de Angra do Heroísmo.

PSD “CONSIDERA INACEITÁVEL” ATRASOS NA RENOVAÇÃO DO CARTÃO DE CIDADÃO DE EMIGRANTES NO REINO UNIDO



Paulo Neves, deputado do PSD/Madeira na Assembleia da República, denunciou as “imensas dificuldades” que a comunidade madeirense atravessa para renovar o cartão de cidadão e o passaporte nos consulados de Portugal em Londres e em Manchester. “As informações que nos chegam, falam em longas filas de espera, em pessoas que pernoitam nos carros à porta do consulado de Portugal em Londres. As marcações são feitas a partir das 16h00 por telefone e ninguém atende, porque não há funcionários para o atendimento”, referiu o parlamentar social-democrata em conferência de imprensa, dia 27.

Uma situação “inaceitável” e “própria de um país de terceiro mundo” que é “inteiramente da responsabilidade do Governo da República e da Secretaria de Estados das Comunidades”, que em três anos “nada fez”, apesar dos atos consulares em Londres e em Manchester terem aumentado 52% entre 2013 e 2018 devido ao aumento do número de emigrantes e devido ao Brexit.

Garantindo que tudo fará para ultrapassar esta questão, porque o PSD/Madeira “é o Partido das Comunidades” e “aquele que melhor defende os interesses dos emigrantes portugueses e em especial dos emigrantes madeirense”, Paulo Neves anunciou que estará na Inglaterra na próxima semana.

O deputado do PSD irá integrar uma Delegação da Comissão Parlamentar de Negócios estrangeiros e Comunidades Portuguesas, que se deslocará aos consulados de Londres e de Manchester entre 3 e 7 de junho para “transmitir o profundo descontentamento e identificar os processos de melhoria, e exigir ao Governo da República que trate desta questão definitivamente.”

Lembrou ainda que os deputados social-democratas eleitos pela Madeira têm chamado constantemente a atenção do Governo da República, nos últimos três anos, para a necessidade do reforço dos meios humanos e técnicos nos consulados.

O PSD defende assim o aumento dos meios humanos nos consulados, o alargamento nas horas de atendimento aos emigrantes, o reforço das linhas telefónicas e o melhoramento no sistema informático, para que os emigrantes não tenham de se deslocar à Madeira para tratar de atos consulares que deveriam ser tratados diretamente em Londres e em Manchester.

“Temos 305 mil portugueses registados em Inglaterra, sendo que 245 mil estão em Londres. Entre 2010 e 2015 emigraram 120 mil portugueses para Inglaterra, ou seja, o Governo Central teve mais do que tempo para preparar os nossos consulados para esta situação. Para além da questão do Brexit que levanta muitas dúvidas, e que só por isso já merecia um reforço”, rematou.

Acompanhe-nos no dia-a-dia...



Conferências de Imprensa, Transmissões em direto, Discursos e intervenções políticas



Entrevistas, Opinião, História, Iniciativas



O dia-a-dia da atividade do PSD



Noticiário semanal todas as sextas-feiras

POVO LIVRE

Director: Luis Álvaro Campos Ferreira

Internet: www.psd.pt - E-Mail: povolivre@psd.pt

Durão Barroso na Casa Branca



**Uma situação de conflito estamos
do lado da democracia e da liberdade**

páginas 5 a 7



Para famílias mais carenciadas

**Primeiro-Ministro anunciou
programa de empréstimo
de manuais escolares**

página 3

Edição n.º 1296 do "Povo Livre" | de 23 de outubro de 2002

"Durão Barroso no Congresso do Partido Popular Europeu: Asseguramos aos nossos parceiros a vontade de respeitar os critérios do Pacto de Estabilidade e Crescimento". O então Presidente do PSD intervinha na sessão de abertura do XV Congresso do Partido Popular Europeu (PPE), em 17 de outubro de 2002 no Estoril.

CONVOCATÓRIAS DO PSD**RECEÇÃO**

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt

**SECÇÕES****BRAGA**

Nos termos do artigo 53º dos estatutos do Partido Social Democrata, convoco a Assembleia da Secção para uma reunião ordinária, a realizar no dia 7 de junho (sexta-feira) de 2019, pelas 21H30, no Hotel Mercure, em Braga, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Aprovar as contas anuais referentes a 2018;
3. Análise dos resultados da eleição para o Parlamento Europeu e da situação política local e nacional.

CANTANHEDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convocam-se os militantes do Partido Social Democrata, da Secção de Cantanhede, para uma Assembleia da Secção, a realizar no próximo dia 5 de junho (quarta-feira) de 2019 pelas 21H00 na Sede Concelhia, sita na Praça Marquês de Marialva, Edifício Rossio 2.º Sala 11 sede, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações
2. Análise dos resultados das eleições Europeias 2019
3. Assuntos de interesse político concelhio atividade autárquica*
4. Análise da situação política local, distrital e nacional
5. Outros assuntos

Notas:

1. Se à hora marcada não estiver presente o número de militantes necessário para preencher, nos termos estatutários, o quórum, a Assembleia da Secção realizar-se-á no mesmo local, 30 minutos depois, isto é, às 21h30, com qualquer número de presentes.
2. Este agendamento, conforme temos cumprido, prende-se com o objetivo de reunirmos periodicamente, todos os militantes, de 3 em 3 meses, dando cumprimento ao estatuído.
3. No ponto 3 da Ordem de trabalhos, * significa que neste ponto contamos com a presença da Sr.ª Presidente da Câmara Municipal, que se disponibilizou enquanto tal, para apresentar as principais opções/ações/projetos assim como para prestar os esclarecimentos que sejam solicitados.

FAFE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convocam-se os militantes e simpatizantes do PSD, para a Assembleia da Secção de Fafe a realizar no dia 21 de junho, (sexta-feira) de 2019, pelas 21H00, na Sede Concelhia, sita na Praça 25 de Abril com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Análise da Situação Política.

POMBAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoco a Assembleia da Secção de Pombal, para uma sessão ordinária a realizar no próximo dia 14 de junho (sexta-feira) de 2019, pelas 21H00, na sua Sede, sita na Rua Dr. Luís Torres, nº4 - 2º, em Pombal, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Período antes da ordem do dia;
 - Debate temático "Análise dos resultados das Eleições Europeias 2019".
2. Período da Ordem do Dia
 - Informações da Comissão Política da Secção;
 - Análise da Situação Política.

SOURE

Ao abrigo dos Estatutos do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia de Militantes da Secção de Soure para reunir no próximo dia 7 de junho (sexta-feira) de 2019, pelas 21H30, sita na Rua Morais Pinto, nº 6, 2ª andar, Soure com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações
2. Discussão de temas de interesses municipal,
3. Análise e discussão da situação política;
4. Outros assuntos de interesse.

TORRES NOVAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoco a Assembleia da Secção, a realizar na Sede do PSD de Torres Novas, no próximo dia 7 de junho (sexta-feira) de 2019, pelas 21H15, sito na Rua do Conde nº 8, 1º -Torres Novas, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Leitura, Discussão e Votação da Ata da Assembleia anterior;
2. Análise da Situação Política atual.

NÚCLEOS**ÁGUAS SANTAS/PEDROUÇOS**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoco a Assembleia de Núcleo, de Águas Santas/Pedrouços, para reunir em Sessão Plenária, dia 28 de junho, (sexta-feira) de 2019 pelas 21H30, na Sede do Núcleo, sita na Rua dos Fontineiros da Maia, nº 20, Águas Santas, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações Gerais.
2. Análise da Situação Política.
3. Outros Assuntos.

CONVOCATÓRIAS DA JSD**RECEÇÃO**

Segunda-feira até 18h00

email: teresa.santos@jsd.pt

**ODIVELAS**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD Odivelas para reunir em sessão ordinária no dia 12 de Junho de 2019, pelas 21:00h, na sede concelhia da JSD/PSD Odivelas, situado na Rua Combatentes do Ultramar 20-A Odivelas, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Balaço do Mandato;
- 2 – Outros Assuntos.

PENAFIEL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, a Mesa do Conselho Distrital da JSD Distrital do Porto convoca os militantes da concelhia de Penafiel, para reunirem no próximo dia 05 de Julho de 2019, pelas 18:30H na sede concelhia do PSD Penafiel, sita na Rua Engenheiro Matos, Edifício Vila Galdina fracção FRBE 4560-465 Penafiel, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política da Concelhia da JSD Penafiel.

NOTA:

As eleições decorrerão entre as 18:30H e as 21:30H. As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital ou a quem o substitua, até às 23:59H do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede do PSD Penafiel.

PONTE DE LIMA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD de Ponte de Lima, para reunir em sessão ordinária no dia 7 de Junho de 2019 (sexta-feira), pelas 20 horas e 30 minutos, na Sede do PSD de Ponte de Lima, sita na Praceta Dr. Vieira de Araújo, nº24 com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Eleições Europeias 2019;
- 2 – Análise da situação política local e nacional;
- 3 – Outros Assuntos.

NÚCLEO DO BONFIM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes do núcleo JSD Bonfim do Porto para reunir em Plenário Ordinário no próximo dia 11 de Junho de 2019, pelas 21:30 horas, na Sede do PSD e da JSD Bonfim, sita na Avenida Rodrigues de Freitas nº 50, Porto, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da situação política;
- 2 – Informações;
- 3 – Outros assuntos de interesse em geral.

Nota:

Se à hora marcada não estiver presente o número de militantes necessário para preencher, nos termos estatutários, o quórum, o Plenário ordinário realizar-se-á no mesmo local, 30 minutos depois, isto é, às 22h00 com qualquer número de presentes.



CONSELHO DE JURISDIÇÃO NACIONAL

Decisão do Conselho de Jurisdição Nacional n.º 5/2019

Processo n.º 7/2019

Espécie: Parecer - Apreciação Liminar

Data da decisão: 05/05/ 2019

No dia 14-03-2019, foi recebido na sede nacional da JSD um requerimento de emissão de Parecer dirigido a este Conselho, pelos militantes Juliana da Silva Cortez, Helena Maria Cunha Fernandes e André Tiago Martins Furtado, militantes número 202484, 213114 e 223347, respectivamente.

O Presidente do Conselho de Jurisdição Nacional («CJN»), exercendo a sua competência de apreciação liminar, **indefere o requerimento de emissão de Parecer uma vez que este Conselho já pronunciou sobre as questões objecto do presente pedido requerimento de Parecer, designadamente no Parecer n.º 1/2018, de 20-12-2018, publicado em Povo Livre e disponível para consulta em www.jsd.pt.**

O Presidente do Conselho de Jurisdição Nacional

José Miguel Vitorino